

Bombas que podem explodir o País

CORREIO BRAZILIENSE

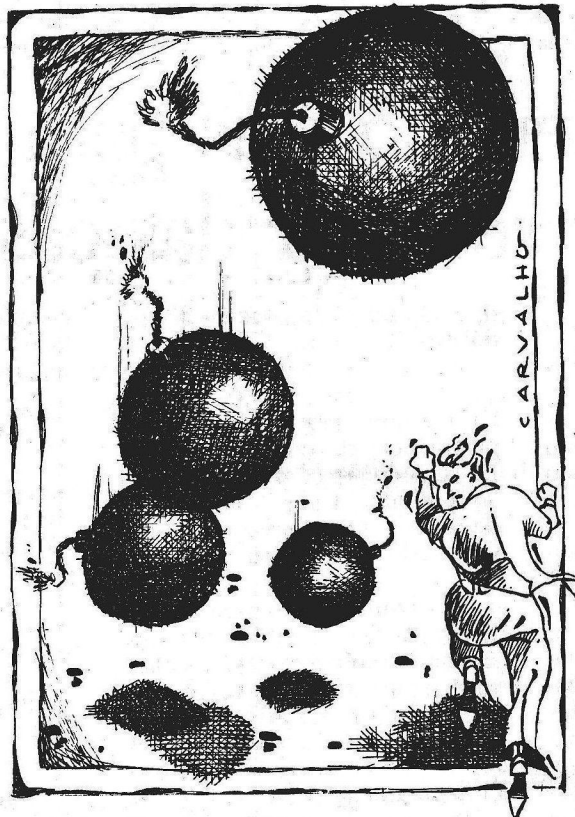
Rubem Azevedo Lima

O Congresso Nacional tenta, no momento, desativar três bombas de alto poder explosivo, que podem jogá-lo para o ar e fazer o País mergulhar em grave crise político-institucional. Estas bombas são as medidas de estabilidade econômica propostas pelo Governo e que ali tramitam; as conclusões da CPI sobre escândalos do Orçamento; e a reforma da Constituição de 1988. Nunca, ao que se saiba, temas tão perigosos estiveram juntos na pauta dos trabalhos legislativos, para serem votados com tanta urgência, sob as atenções da opinião pública.

Com a inflação em alta, já na faixa de 40 por cento ao mês — embora o ministro da Fazenda tivesse garantido, no fim de 1993, que estes índices cairiam em 1994 —, poucos parlamentares crêem no êxito das propostas estabilizadoras, num ano em que se realizam as primeiras eleições gerais do País, desde 1950. A alternativa à aprovação de tais medidas, que impõem novo arrocho no salário dos trabalhadores, será, segundo o Governo, o caos da hiperinflação. Portanto, não há nenhuma escolha razoável para o Congresso.

Quanto ao término dos trabalhos da CPI, a perspectiva de cassação de duas dezenas de mandatos parlamentares eletrizou o ambiente legislativo. Muitos congressistas, para se salvarem ou salvarem seus amigos, perderam a noção de limite entre uso e abuso de poder, passando a ameaçar colegas e servidores que atuaram nas investigações. O instinto de autopreservação e o sentimento de amizade são

compreensíveis, mas inaceitáveis quando se trata de cumprir um mandato popular, que exige a submissão dos interesses pessoais do mandatário aos dos eleitores. A reação de desespero que se nota no Senado e na Câmara, ante a ameaça de cassação, era esperada, mas, depois, dela o atual Congresso não será mais o mesmo de antes, pois muitos quase-cassados, salvos pelo gongo e pelas pressões, terão de conviver com os quase-cassadores, separados pelo ódio mais até do que por ideologias ou siglas partidárias. De qualquer



modo, após a catarse mesmo incompleta causada pela CPI, o próximo Congresso poderá ser melhor, em termos éticos, se as cassações atenderem às aspirações mínimas do eleitorado.

Mas a pior das bombas legislativas foi o anúncio das mudanças aprova-

das, em princípio, para o que seria uma revisão constitucional e se transformou, de fato, em verdadeira reforma. A Constituinte derivada da originária de 1988 não fará apenas a limpeza de arestas do texto constitucional daquele ano, mas uma nova Constituição para o País, cometendo, pois, uma incrível exorbitância.

No primeiro dia da reforma, divulgaram-se algumas inovações acolhidas pelo relator da "revisão": a redução do mandato presidencial para quatro anos, admitida uma reeleição; a possibilidade de reeleição dos governadores e prefeitos por um mandato; o fim do voto obrigatório; e a extinção das normas constitucionais sobre inelegibilidade dos ocupantes de cargos eletivos e seus parentes.

Todos esses temas contrariam a tradição constitucional brasileira. Em 1967, no regime militar, um grupo de políticos conservadores tentou matreiramente aprová-los, permitindo a reeleição do presidente da República, numa primeira fase, e a supressão de quaisquer restrições à elegibilidade. Tais propostas foram rejeitadas em nome da moralidade política. Já imaginaram — indagou-se, então —, o que não faria um presidente eleito por quatro anos para ficar no poder por mais quatro anos? Aplique-se o mesmo raciocínio em relação a 20 e tantos governadores e mais de cinco mil prefeitos. Será que o Brasil resistiria à demagogia e ao bom-mocismo dessas autoridades interessadas em reeleger-se? E como se desmontariam as oligarquias familiares que se eternizariam nos governos estaduais e municipais, sem as inelegibilidades? Provavelmente seria preciso fazer nova Revolução de 1930 no Brasil. Pela amostra das mudanças políticas anunciadas, o que vem por aí, no plano econômico e social, deve ser ainda mais sério. Espera-se, porém, que tais alterações não criem, no Brasil, terreno propício a convulsões sociais como as que aconteceram recentemente na Argentina e no México.

■ Rubem Azevedo Lima é jornalista